

RODRIGO TRESPACH

A REVOLUÇÃO DE 1930

O CONFLITO QUE MUDOU O BRASIL



RIO DE JANEIRO, 2021

Copyright © 2021 por Rodrigo Trespach

Todos os direitos desta publicação são reservados à Casa dos Livros Editora LTDA. Nenhuma parte desta obra pode ser apropriada e estocada em sistema de banco de dados ou processo similar, em qualquer forma ou meio, seja eletrônico, de fotocópia, gravação etc., sem a permissão dos detentores do copyright.

Diretora editorial: *Raquel Cozer*

Coordenadora editorial: *Malu Poleti*

Editoras: *Diana Szylit e Laura Folgueira*

Revisão: *Andréa Bruno e Mel Ribeiro*

Capa: *Douglas Lucas*

Projeto gráfico: *Anderson Junqueira*

Diagramação: *Abreu's System*

Tratamento de imagens: *Juca Lopes*

Ilustração da capa: *Ana Luiza Koehler*

Produção do e-book: *Ranna Studio*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Angélica Ilacqua CRB-8/7057

T732r

Trespach, Rodrigo

A Revolução de 1930 : o conflito que mudou o Brasil / Rodrigo Trespach. – Rio de Janeiro: HarperCollins, 2021.

224 p. : il. (Guerras do Brasil /Luiz Bolognesi)

Bibliografia

ISBN 978-65-5511-145-3

1. Brasil - História 2. Brasil - História - Revolução, 1930 3. Política e governo - Brasil - História I. Título II. Bolognesi, Luiz

21-0953

CDD: 981.06

CDU: 94(81).081

Os pontos de vista desta obra são de responsabilidade de seu autor, não refletindo necessariamente a posição da HarperCollins Brasil, da HarperCollins Publishers ou de sua equipe editorial.

Rua da Quitanda, 86, sala 218 — Centro

Rio de Janeiro, RJ — CEP 20091-005

Tel.: (21) 3175-1030

www.harpercollins.com.br

*Aos amigos Tiago Rufino
e Anderson Alves*

O Brasil pretende ser considerado um país civilizado; pois bem, o Brasil não dispõe das duas condições mais rudimentares e essenciais para tal, porque o Brasil não tem representação e não tem justiça.

Joaquim Francisco de Assis Brasil, 1925

SUMÁRIO

Apresentação, por Luiz Bolognesi

1. *A belle époque* tropical

2. A República Velha (1889–1930)

3. As revoltas tenentistas (1922–7)

4. A Aliança Liberal (1929)

5. A Revolução Liberal (1930)

6. O golpe de 24 de outubro (1930)

7. O governo provisório, a Guerra Paulista e a nova Constituição (1930–4)

8. A Intentona Comunista, o integralismo e o Estado Novo (1935–45)

Agradecimentos

Linha do tempo

Personagens históricos

Referências

Sobre o autor

APRESENTAÇÃO

Sem compreendermos de onde viemos e por que vivemos como vivemos, somos incapazes de influenciar nosso próprio destino. Rumamos à deriva, como uma caravela sem sol nem estrelas, uma aeronave sem GPS nem radar. Entender o passado e ter consciência dos fatos históricos que pariram nossa realidade é imprescindível para transformar o presente num futuro melhor.

Foi com esse sentimento que decidi produzir e dirigir a série *Guerras do Brasil.doc*, que estreou em 2019 e se aprofunda na série de livros da qual faz parte este *A Revolução de 1930: o conflito que mudou o Brasil*. Os documentários permitem um primeiro voo sobre os temas, enquanto os livros proporcionam um mergulho intenso, com a possibilidade de ver mais paisagens, conhecer melhor os personagens, sentir a temperatura dos conflitos que empurraram o país para a encruzilhada em que vivemos hoje.

Não podemos esquecer que, enquanto aconteciam, os fatos do passado eram presente. No momento em que a história acontece, ela é um *thriller* de suspense, porque os personagens tomam decisões sem saber no que vão dar. É assim que leio livros de história desde os 7 anos: como quem mergulha numa série de suspense. Mas há uma diferença eletrizante e angustiante: tudo é real. Diante de um livro de história, sentado no banco do ônibus ou deitado na rede de casa,

percebo que sou o resultado dos acontecimentos que estão narrados ali.

A série de livros *Guerras do Brasil.doc* é fruto de dois anos de pesquisas em fontes primárias e interpretações de historiadores, antropólogos, filósofos, jornalistas e até psicanalistas, respeitando os lugares de fala dos pensadores e historiadores. A maneira de contar a história une o rigor histórico ao esforço de produzir uma narrativa emocionante, desafiadora, repleta de dilemas, enigmas e questões polêmicas, como a vida.

Um aspecto muito importante é que, ao mesmo tempo que se preocupam em fazer uma narrativa dinâmica e envolvente, os autores levam em conta o fato de que a história também é uma luta de diferentes interpretações. Quando realizei os documentários, entrevistei historiadores e especialistas de diversos matizes ideológicos. Ouvimos historiadores das linhas de pensamento crítico-progressista, liberal e conservadora. Do mesmo modo, os autores que convidei para escrever esta série pesquisaram em diversas fontes e distintas interpretações. O que você vai encontrar neste livro é o resultado de um mergulho ético e apaixonado nos acontecimentos que, ao longo dos séculos, moldaram o Brasil de hoje.

Ao contrário do que muitos dizem, o Brasil não é, nem nunca foi, um país pacífico. Essa tentativa de construir, pela linguagem, uma percepção de país que se opõe às suas características históricas, ou seja, o mito de que somos todos irmãos, amáveis, tranquilos e vivemos em paz num território abençoado, é uma mentira construída por aqueles que desejam que tudo continue como está, com uma minúscula elite econômica desfrutando todas as riquezas e opulências enquanto a imensa maioria do país vive em condições abaixo da dignidade aceitável, sem acesso à infraestrutura de água,

saneamento, saúde, alimentação, transporte, educação, cultura e lazer. Ao contrário da narrativa oficial de que o Brasil é pacífico, os fatos históricos apresentam um país marcado por guerras e conflitos violentos.

Muito antes de os europeus chegarem, os conflitos se desdobravam entre os povos nativos ao longo de nosso território de diferentes modos e por motivos distintos. Os povos tupis, por exemplo, estavam envolvidos em guerras de vingança com um poderoso sentido simbólico e cosmogônico, enquanto outros povos viviam em razoável tranquilidade. O processo colonizador introduziu uma forma de violência homogênea, organizada em constantes brutalidade e controle do Estado sobre a população, sendo marcado por massacres e guerras em sequência até desembocar na realidade atual, em que, todos os anos, morrem aproximadamente 60 mil jovens de “morte matada”, em sua maioria negros e “pardos”, como definem os boletins policiais.

A maior guerra das Américas em número de mortos foi a chamada Guerra do Paraguai, um conflito deflagrado pelo choque de interesses entre o tirano paraguaio Solano López e o imperador brasileiro Pedro II pelo controle político do Uruguai. Soldados em farrapos lutaram contra indígenas guaranis do lado paraguaio para defender interesses desses dois líderes brancos mimados. O conflito trágico levou à morte mais de 300 mil pessoas, inclusive mulheres e crianças.

Entre as inúmeras consequências dessa guerra, a ascensão da classe militar nos bastidores políticos é uma que marca a história do nosso país até os dias atuais. A partir desse conflito, os militares brasileiros passaram a protagonizar intervenções golpistas na vida política do país com frequência. Tanto a derrubada da monarquia, em 1889 — que colocou a aristocracia agrária no controle do Executivo por quarenta anos

—, quanto o golpe de 1930 — que traria modernizações importantes à vida política e econômica do país, deslocando o controle da aristocracia agrária do Executivo para o Legislativo, onde está aninhada até os dias de hoje — foram movimentos protagonizados por militares. Em 1889, marechais; em 1930, tenentes.

Nossa história é a história de uma colonização feita por meio de repressão e controle violento de corpos e comunidades, em que se sobressaem tanto ações diretas dos aparelhos oficiais do Estado quanto a subcontratação de milícias, que vêm agredindo e matando aqueles que a elite socioeconômica deseja eliminar ou disponibilizar para servi-la, desde o período dos bandeirantes, nos séculos XVI e XVII, até as milícias urbanas, como o Escritório do Crime, nos dias atuais. Esta série de livros acaba com a “história pra boi dormir” e proporciona um mergulho nos acontecimentos reais para podermos recuperar nossa memória e entender o que somos, o que desejamos mudar e aonde ir. Boa viagem pela sua história!

Luiz Bolognesi, roteirista e diretor da série *Guerras do Brasil.doc*. Formado em Jornalismo pela PUC-SP, trabalhou na *Folha de S.Paulo* e na Rede Globo.

Copyrighted image

1. **A BELLE ÉPOQUE TROPICAL**

Quando o século XX chegou, o Brasil vivia a expectativa do limiar de uma nova era. A monarquia, considerada retrógada e ultrapassada, havia caído, em 15 de novembro de 1889, devido à ação de um pequeno grupo de militares positivistas apoiado por um punhado de civis republicanos. O Brasil queria sair do atraso e seguir a estrada trilhada pela Europa, que então vivia uma época de luzes, esplendor e opulência — a *belle époque*. Não por acaso, o novo regime adotara como lema para a bandeira nacional versos de Auguste Comte, idealizador do positivismo: “Ordem e progresso”. O caminho apresentado pelo governo republicano era visto como a tábua de salvação capaz de romper com o passado monarquista e escravista do país, descortinando um novo mundo para os brasileiros, livre de mazelas, civilizado, liberal e cosmopolita, repleto de possibilidades. Tal projeto estava alicerçado em três pilares, que se transformariam em palavras de ordem: progresso, modernidade e ciência.

A SEMENTE DO PROGRESSO

Em apenas três décadas de República, o Brasil tinha duplicado o tamanho de sua população. Saltara dos 14,3 milhões de habitantes, em 1890, para 30,6 milhões, em 1920. São Paulo e Rio de Janeiro eram as maiores cidades, com 580 mil e 1,2

milhão de habitantes, respectivamente. O território também aumentara. O Acre fora, de fato, incorporado ao país depois de uma disputa com a Bolívia, e as fronteiras com a Argentina e a Guiana Francesa, estabelecidas em definitivo, garantindo a soberania sobre 900 mil quilômetros quadrados. O aumento da população devia-se, em parte, à chegada de imigrantes. Aproximadamente 3 milhões de estrangeiros entraram no país entre 1891 e 1925. Os italianos eram em maior número, mas desembarcaram também muitos portugueses e espanhóis, além de alemães, austríacos, poloneses, japoneses, sírio-libaneses e judeus, entre outros. A população imigrante era tão importante, que perfazia mais de 50% dos habitantes de São Paulo na década de 1920.¹

A economia brasileira era predominantemente agrícola, com dois terços das pessoas em atividade no país dedicando-se à agricultura. O principal produto brasileiro era o café, não à toa chamado de “ouro verde” e “semente do progresso”. A produção saltara de 5,4 milhões de sacas, em 1890, para 13,7 milhões, em 1913, um aumento de 156%. Com oscilações, até a década de 1930, o país seria o responsável por dois terços da oferta mundial de café, que correspondia a quase 70% das exportações brasileiras. Outro produto importante era a borracha, que, em 1910, chegou a corresponder a quase 40% das exportações, sendo o Brasil o responsável por quase a totalidade da borracha mundial. Algodão, cacau, couro, açúcar e erva-mate completavam a lista dos principais produtos brasileiros comercializados com o exterior.

A indústria brasileira era incipiente e produzia exclusivamente para o consumo interno – o país tinha pouco mais de 13,3 mil estabelecimentos considerados industriais em 1920, e somente 482 deles contavam com mais de cem operários. A guerra na Europa, entre 1914–8, e a consequente

queda nas importações acelerariam o processo de industrialização, liderado por São Paulo.

O aumento extraordinário da produção de café nas décadas finais do Império e nos primeiros anos da República permitiu à elite cafeeira paulista o acúmulo de capital necessário para a ampliação de seu campo de investimentos. Em um primeiro estágio, atuou como “comissários do café”: como eram controladores de parte significativa do comércio cafeeiro e tinham contato direto com as principais firmas exportadoras, os fazendeiros mais ricos passaram a financiar as plantações de terceiros sob hipoteca e, agindo como corretores, intermediavam a venda do café entre as fazendas e empresas estrangeiras, cobrando comissões pelo negócio, pelas despesas com armazenamento e juros de financiamento do plantio.² O passo seguinte foi o surgimento de um grupo de “fazendeiros-industriais” que passou a investir em diversos novos negócios. Antônio da Silva Prado, a título de exemplo, investiu em bancos, estradas de ferro, fábricas de vidro e garrafas, couro e carne congelada, e Antônio Álvares Penteado, “o capitão da indústria”, abriu uma série de indústrias têxteis. A pujança da economia transformou São Paulo, chamada então de “metrópole do café”, no principal centro econômico e comercial do Brasil e no catalisador de uma série de transformações.

O sistema ferroviário era o principal meio de escoamento da produção agrícola brasileira. Locomotivas a vapor circulavam no Brasil desde 1854, mas o aumento da produção de café exigiu que as estradas de ferro se multiplicassem. No final do Império, o país contava com 15,6 mil quilômetros de trilhos. Menos de duas décadas depois, o número aumentara para mais de 29 mil quilômetros, espalhados por todo o Brasil, principalmente na região Sudeste.

Nas grandes cidades, carruagens, tálburis e bondes de tração animal foram, aos poucos, sendo substituídos pelo transporte elétrico. Em 1907, o Brasil tinha mais de 870 quilômetros de linhas de bondes urbanos. “Carris elétricos, pequenos e leves, nos quais a viagem era um verdadeiro passeio”, observou Carolina Nabuco, filha de Joaquim Nabuco.³ E havia vários modelos: o mencionado pela escritora era aberto, com espaço para quatro pessoas por banco; e, por ser leve, sacolejava. O bonde fechado, no Rio de Janeiro denominado de “camarão” devido à cor vermelha com a qual era pintado, era o preferido pelas senhoras da alta sociedade por ser mais reservado e estável — evitava, por exemplo, que o vento estragasse seus elaborados penteados. Na maioria das cidades em que viriam a existir, os bondes elétricos só chegariam em meados da década de 1920.

Mas a revolução no transporte aconteceria mesmo com o surgimento do automóvel. Em 1886, o alemão Karl Benz desenvolveu um carro de apenas três rodas que se movia com a força de um motor de combustão interna e mal passava dos dez quilômetros por hora. A novidade rapidamente se espalhou pelo mundo e não demorou a chegar ao Brasil. Em 1891, Alberto Santos Dumont desembarcou em Santos trazendo de Paris um Peugeot com pneus de borracha, com motor Daimler movido a gasolina, dois cilindros em V e apenas três cavalos de potência máxima. Entusiasta do automobilismo e organizador, na França, de corridas de mototriciclos, seria ideia dele a criação do Automóvel Club do Brasil. Mas o interesse maior do inventor brasileiro era mesmo o desenvolvimento do avião, sonho que ele acabou por realizar em 1906. (Apesar disso, o Brasil acabou ficando para trás na corrida pela tecnologia da aviação. Os primeiros aviões chegaram ao país importados da

França e seriam usados nos conflitos e revoltas das décadas seguintes.)

Outro que importou um automóvel — e era igualmente dado a aventuras aeronáuticas — foi o jornalista, líder abolicionista e político José do Patrocínio. Depois de uma viagem à França, o proprietário do jornal *A Cidade do Rio* trouxe para a então capital brasileira um Serpollet movido a vapor. Ao contrário do pai da aviação, que não era visto guiando seu carro, Patrocínio causava espanto ao passear pelas ruas cariocas com a novidade — segundo um observador, as pessoas pareciam estar vendo “um bicho de Marte”. Em 1897, no entanto, enquanto fazia um passeio com Olavo Bilac pela Tijuca, Patrocínio entregou o volante do automóvel ao amigo. O poeta, menos inteirado da modernidade, perdeu o controle e se chocou com uma árvore. Foi o primeiro acidente automobilístico documentado do Brasil.

Em 1907, o Rio de Janeiro tinha trinta automóveis em circulação. “A primeira década do século foi aquela em que vimos desaparecer a tração animal e nos acostumamos aos motores que lhes tomaram o lugar”, relatou Carolina Nabuco em seu livro de memórias. A rapidez com que eles passaram a ocupar as ruas do país demandou a criação de leis e medidas de segurança. A circulação do veículo exigia o pagamento de uma tarifa e cuidados para que não houvesse incêndios, os cavalos não se assustassem e os veículos não espalhassem odores desagradáveis. A velocidade máxima não poderia ultrapassar os vinte quilômetros por hora. Segundo a descrição do escritor gaúcho Erico Verissimo, o automóvel de então era uma “estranha carruagem que roncava, fazia fom-fom e soltava fumaça pelo rabo”. Mas viera para ficar. Em 1919, a Ford Motor Company abriu uma filial no Brasil, inaugurando, dois anos depois, sua primeira “linha de montagem”, que passou a

produzir o famoso Modelo T, o “Ford Bigode”. Outra grande empresa estadunidense, a General Motors, se instalou no país em 1925. Cinco anos depois, a cidade de São Paulo tinha uma frota de mais de 22 mil carros, um para cada 39 habitantes.

MODERNIDADE

Tão logo assumiu o controle, o governo republicano tratou de alterar ou apagar qualquer símbolo ou referência ao passado monarquista do país. Assim, o termo “corte” deu lugar a “capital federal”, o largo do Paço passou a se chamar Quinze de Novembro, e a Estrada de Ferro D. Pedro II virou Central do Brasil. A imagem do monarca na moeda foi substituída pela de uma mulher, a efígie da República, e a sede do governo, no Rio de Janeiro, foi transferida do Paço Imperial para o Palácio do Itamaraty e, em seguida, para o Palácio do Catete. Construído entre 1858 e 1867 pelo comerciante e cafeicultor Antônio Clemente Pinto, o barão de Nova Friburgo, o Catete foi comprado por Manuel Vitorino, vice do presidente Prudente de Moraes, em 1896, para ser a sede da Presidência da República. Conhecido como “Palácio das Águias” por conta das harpias de seu frontispício, o edifício seria o centro do poder político do país por 64 anos. Quando a capital foi transferida para Brasília, em 1960, dezoito presidentes haviam passado pelo Catete.

Mudar nomes e lugares servira para legitimar e concretizar o novo regime. Mas a ideia de modernidade precisava de ações mais concretas. “A certeza da prosperidade deu lugar a uma sociedade de sonhos ilimitados”, escreveu a historiadora Lilia Schwarcz. Na primeira década do novo século, o prefeito carioca Francisco Pereira Passos deu início a uma importante missão imposta pelo presidente Rodrigues Alves: sanear, higienizar, demolir o que fosse necessário e reformar a cidade

do Rio de Janeiro. Quinto presidente do Brasil, Alves havia sido governador de São Paulo, cuja capital “embelezara” segundo a concepção de modernidade tão em voga. Com apoio do engenheiro militar Lauro Müller, ex-governador catarinense e ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, o objetivo agora era transformar a então capital federal em vitrine do país, capaz de atrair o interesse estrangeiro.

O símbolo maior da remodelação da cidade foi a construção da magnífica avenida Central (renomeada mais tarde avenida Rio Branco). Estendendo-se por quase dois quilômetros e com pouco mais de trinta metros de largura, a nova via tinha inspiração em modelos europeus, principalmente o parisiense, considerados mais civilizados do que o antigo espaço urbano colonial — que não passava de uma adaptação da arquitetura lusitana aos trópicos. Mais de seiscentos imóveis foram derrubados — o que, a propósito, denominou a operação do presidente “Bota abaixo”. Milhares de famílias foram desalojadas das áreas centrais da capital, onde ficavam os cortiços, casas de cômodos, estalagens e velhos casarões. Expulsa, a população pobre acabou alojando-se em áreas de difícil acesso, criando um conjunto de barracos conhecido hoje por “favela” — esse apelido foi dado ao morro da Providência por tropas vindas de Canudos, em 1897, já que plantas com favas eram comuns tanto no morro carioca quanto nas cercanias do arraial baiano onde haviam lutado os soldados ali estacionados. Mendigos, costumes, tradições populares, assim como os vendedores ambulantes e a venda de miúdos em tabuleiros e quiosques deram lugar a um *boulevard* tropical, com prédios cujas fachadas art nouveau foram cuidadosamente escolhidas em concursos arquitetônicos. Sob rígida fiscalização do governo, foram construídos luxuosos hotéis, cafés, confeitarias, restaurantes, cinemas, lojas e magazines de artigos

e acessórios importados para homens e mulheres. Tudo para satisfazer um público ávido por imitar a moda europeia. A avenida Central também recebeu uma novidade, o uso de energia elétrica na iluminação pública. Os antigos lampiões à base de querosene e a gás estavam com os dias contados.

Nos arredores da praça Floriano Peixoto, a Cinelândia, novo coração do Rio de Janeiro, foram erguidos o Theatro Municipal, a Escola Nacional de Belas Artes (atual Museu Nacional de Belas Artes), a Biblioteca Nacional e o Palácio Monroe, sede do Senado.⁴ O jornalista e escritor carioca Lima Barreto observou que “de uma hora para outra, a antiga cidade desapareceu e outra surgiu como se fosse obtida por mutação de teatro”. A remodelação da capital ainda incluiu o alargamento e o prolongamento de diversas vias urbanas. Avenidas que cortariam a cidade em várias direções, as chamadas “vias do progresso”, exigiram o arrasamento de morros e a demolição de centenas de moradias e casas de comércio. A rua do Ouvidor e a avenida Beira-Mar também foram remodeladas, a avenida Atlântica e o túnel do Leme foram construídos e o porto ganhou dezenas de novos armazéns. As capitais estaduais estavam quase todas passando por processos semelhantes de remodelação, com destaque para Recife, Natal, Porto Alegre e Belém. Em Minas Gerais, a antiga capital Ouro Preto foi substituída por uma nova, Belo Horizonte, projetada e construída segundo os ditames da modernidade.

Um dos principais objetivos do “bota abaixo” era livrar a capital federal da fama de cidade suja e insalubre. O Rio de Janeiro era frequentemente assolado por epidemias de febre amarela, varíola, malária e peste bubônica. Por isso, além das reformas arquitetônicas, sanitárias e urbanísticas, a cidade passou também por uma mudança de hábitos, como a

proibição da circulação de vacas, suínos e cães vira-latas pelas ruas, da exposição de carne na porta dos açougues e de cuspir no assoalho dos bondes e urinar nos monumentos históricos — os “costumes bárbaros e incultos”. Mas, como era um projeto da elite econômica, a tal modernidade resolvia apenas parte do problema — e, é claro, não a parte que dizia respeito aos pobres. Mal acabaram as grandes demolições e expulsões, começaram a surgir favelas. Em pouco tempo, havia barracos no morro da Babilônia, na Tijuca (a favela do Salgueiro) e no morro do Telégrafo (a favela da Mangueira). O poeta Olavo Bilac resumiu bem a ideia: “O nosso mal tem sido este: quisemos ter estátuas, academias, ciência e arte, antes de ter cidades, esgotos, higiene, conforto”.

“Higiene” era uma palavra fora do vocabulário da época. No começo do século XX, quase não havia água encanada no país e raras eram as residências que tinham “salas de banho”. Havia uma crença generalizada de que banhar-se fazia mal à saúde. De modo geral, durante a semana, antes de dormir, lavavam-se apenas o rosto e os pés. O banho de corpo inteiro era realizado nos fins de semana, quando possível em rios e, não raro, em bacias em que a água do primeiro a banhar-se era aproveitada pelos demais membros da casa. O cabelo das mulheres era lavado apenas uma vez ao mês. Lembrando-se da infância no bairro Bom Fim, em Porto Alegre, o médico e escritor Moacyr Scliar afirmou que as casas careciam de confortos elementares: “Não tínhamos água quente, por exemplo. Para o banho, nem sempre diário (o que admito constrangido, dada minha condição de homem da saúde), minha mãe esquentava água numa grande lata de azeite Sol Levante”.⁵ O uso de penicos, do “cagadouro pênsl”, das “casinhas” e “patentes” era a regra, e defecar no mato ou em

algum lugar acessível no momento de necessidade era algo corriqueiro mesmo nas grandes cidades.

Segundo a historiadora Mary del Priore, a ideia e a prática do asseio pessoal — “limpo, desodorizado e escovado” — só iria se tornar popular na década de 1940, ainda assim sem alcançar grande parte da população. O uso de escovas de dente, sabonetes e papel higiênico não entrou em moda tão facilmente. A Scott Paper Company teve dificuldades de convencer a população a pagar por um papel que, depois de sujo, seria descartado. Embora não fosse uma novidade, o uso do sabão só ganharia espaço mesmo a partir dos anos 1900. Em 1913, o imigrante Giuseppi Milani lançou o sabonete Gessy, de cor rosa e formato arredondado, o qual obteve grande sucesso e lhe permitiu criar uma linha de produtos de higiene pessoal. Para a higiene bucal, o creme que misturava sal, pimenta e flores odoríferas deu lugar a uma pasta dental que usava componentes alcalinos e flúor — bem mais agradável e eficiente. Fixadores e cremes para o cabelo, como os das marcas Byocrema, Gumex e Glostora, substituíram produtos populares, como a banha de porco e o óleo de coco.

CIÊNCIA

Reformar cidades e abolir antigos costumes, no entanto, não era suficiente. Em 1903, o presidente Rodrigues Alves, que perdera uma filha para a febre amarela, deu ao sanitarista paulista Oswaldo Cruz, indicado pelo Instituto Pasteur, de Paris, poderes absolutos para combater ratos, mosquitos e os vírus que matavam milhares de pessoas por ano. E Oswaldo agiu rápido, criando um esquadrão de caçadores de ratos e a Polícia de Focos, que dedetizava casebres ou qualquer lugar onde houvesse a presença de mosquitos transmissores de

doenças. Em 1904, conseguiu a aprovação do Congresso de uma lei que tornava obrigatória a vacina contra a varíola, mas foi duramente atacado pela imprensa, acusado de atentar contra a moral das famílias. A vacina era aplicada no braço, mas opositores da ideia, como o socialista Vicente de Souza, disseminaram a informação de que era nas nádegas. Até intelectuais do porte de Rui Barbosa se posicionaram contra a vacina. Quando as chamadas Brigadas Sanitárias, acompanhadas de uma força policial, passaram a entrar em todas as casas cariocas para vacinar os moradores, se necessário à força, estourou o levante popular que ficou conhecido como Revolta da Vacina. Depois de uma semana de distúrbios, o saldo era de trinta mortos, 110 feridos e mais de novecentos presos — centenas de pessoas seriam deportadas para o Acre. O custo foi alto, mas em poucos meses, Oswaldo Cruz conseguiu erradicar a varíola do Rio de Janeiro. A campanha contra epidemias continuaria Brasil afora. Na mesma época, seu amigo Carlos Chagas combatia a malária em São Paulo e logo em seguida seria enviado, junto com o cientista e etnógrafo Artur Neiva, para o Nordeste e a Amazônia.

As campanhas de higienização e os avanços da medicina, como as vacinas antidiftéricas e antituberculose (a BCG), contribuíram significativamente para o aumento da expectativa de vida no Brasil. Na virada do século, a esperança de vida média de um brasileiro era de menos de 34 anos. Em menos de quatro décadas, a expectativa alcançara os 42 anos.

Descobertas científicas e avanços tecnológicos marcaram a virada do século XIX para o século XX — Wilhelm Röntgen descobrira os raios X e realizara a primeira radiografia humana; Karl Landsteiner identificara os tipos sanguíneos, o que permitiu a primeira transfusão de sangue; Max Planck

desenvolvera sua Teoria Quântica; e Albert Einstein publicara a Teoria da Relatividade. O culto ao conhecimento era, então, uma febre, mas a ciência ainda estava longe de caminhar com a ética. Muitas pesquisas científicas eram recheadas de preconceitos e estavam sujeitas a charlatanismo. Teorias raciais estavam em voga e ideais eugenistas — que acreditavam que a adoção de uma reprodução dirigida implicaria no melhoramento da espécie humana — eram defendidas em universidades e congressos em todo o mundo. Entre os entusiastas dessa ciência estavam homens como o presidente estadunidense Theodore Roosevelt, o inventor do telefone e o presidente da Universidade Harvard.⁶

Tais ideias eram amplamente aceitas também no Brasil. O negro era então considerado um ser biologicamente inferior, motivo pelo qual lhe faltariam inteligência e capacidades que eram próprias do homem branco. Em 1904, o médico psiquiatra brasileiro Henrique de Belford Roxo defendeu, em um congresso médico na Argentina, que negros e pardos eram “tipos que não evoluíram”, tendo forte propensão ao álcool, à vadiagem e à libertinagem. O então diretor do Museu Nacional, João Batista de Lacerda, foi mais longe. Em 1911, em um congresso sobre raças realizado em Londres, sentenciou: em menos de cem anos, “os mestiços terão desaparecido do Brasil, fato que coincidirá com a extinção paralela da raça negra entre nós”.⁷ Não era voz isolada. Em 1929, o antropólogo Edgard Roquette-Pinto, membro da Academia Brasileira de Letras e pioneiro da radiodifusão no país, então presidente do I Congresso Brasileiro de Eugenia, disparou: em 2012 não haveria mais negros ou índios no Brasil, 80% da população seria branca e a parcela restante seria de mestiços. “A ciência naturalizava a história, e transformava hierarquias sociais em

dados imutáveis”, escreveram as historiadoras Lilia Schwarcz e Heloisa Starling.

CULTURA, MODA, ARTE E IMPRENSA

Como a ideia em voga era civilizar e europeizar, as transformações iam muito além da urbanização das cidades. A própria cultura também sofria intervenções. Uma das primeiras medidas do governo republicano foi tornar criminosa a prática da capoeira e as diversas formas de expressão religiosa com origens africanas. Até a culinária dos antigos escravos era malvista e não recomendada pelos médicos da época. A população pobre foi duramente reprimida, com a proibição ou a restrição de festas tradicionais, de certas fantasias, brincadeiras e músicas. O choro e a seresta não eram bem-vistos pelas autoridades e o violão era considerado, como escreveu Ruy Castro, biógrafo de Carmen Miranda, a “arma dos vagabundos”.

Os trajes também precisavam estar adequados às novas regras de elegância. O uso de casaca preta de casimira, cartola, sapatos de verniz, luvas brancas e gravata-borboleta era o símbolo dos homens ricos e alinhados com os novos tempos — a moda era ser *chic* ou *smart* (“elegante”). Até os menos abastados precisavam usar paletó e calçar sapatos para circular pela capital do país, pois andar descalço ou em “mangas de camisa” resultava em prisão. A moda feminina foi modificando-se ao longo das primeiras décadas da República, mas espartilhos e vestidos longos e pesados deram lugar a roupas de silhuetas mais soltas, retas e curtas, e os chapéus encolheram e adquiriram o formato de sino. Cores fortes, especialmente a vermelha, decotes e saias muito curtas eram

proibidos; os sapatos precisavam ter saltos baixos e formato de botina.

O principal meio de informação de então era o jornal. Com a era do rádio ainda distante, “o impresso era o centro de tudo”, observou um jornalista. Na Europa, as principais empresas jornalísticas vendiam entre 900 mil e 1 milhão de exemplares de jornais todos os dias. No Brasil, a quantidade era bem menos expressiva: *O Estado de S. Paulo*, em 1906, tinha tiragem diária de 35 mil exemplares. Mas o número de periódicos começava a se multiplicar. Entre 1890 e 1920, surgiram no país 343 jornais — sessenta deles editados em idiomas estrangeiros. A maioria circulava em São Paulo e na capital federal, 249 ao todo. Muitos eram “engajados”, como *A Federação*, publicado em Porto Alegre. Declaradamente ideológicos, não passavam de porta-vozes partidários — chamados de “órgãos oficiais”. Jornais históricos, como *Jornal do Commercio*, *Gazeta de Notícias*, *O Estado de S. Paulo* e *O País*, ganharam a concorrência do *Correio da Manhã*, *A Manhã*, *A Noite*, *A Notícia*, *Correio do Povo*, *O Globo*, além da *Folha da Noite* e da *Folha da Manhã*, dois jornais do mesmo grupo editorial, que depois dariam origem à *Folha de S. Paulo*. Tidos como “independentes”, muitos tiveram problemas com a censura, a repressão e os constantes estados de sítio da Primeira República, a chamada “República Velha” — por fazerem oposição a Vargas, alguns até seriam fechados com a Revolução de 1930, como veremos. Nessa época, surgiram também revistas semanais, como *Revista da Semana*, *O Malho*, *Kosmos*, *Fon-Fon* e *Careta*, todas muito bem ilustradas com propagandas, fotos e charges. A revista *O Tico-Tico*, primeira a publicar histórias em quadrinhos, era destinada ao público infantil. O escritor gaúcho Erico Verissimo afirmou em suas memórias estar “certo de que suas estórias muito contribuíram

para a germinação da semente ficcionista que dormia nas terras interiores do menino”.

Poucas semanas após o Quinze de Novembro, quando caiu a monarquia, o marechal Deodoro da Fonseca baixou o decreto 85A, o chamado “Decreto-Rolha”, que ameaçava com fuzilamento qualquer indivíduo que conspirasse contra o governo e a República. Diversos jornais pelo país sofreram represálias e muitos jornalistas foram presos ou surrados. O *Estado de S. Paulo* foi taxativo: publicou que a liberdade de imprensa “tem hoje na República garantias menos seguras e menos eficazes do que as que lhe dava a Monarquia”. O governo, os políticos e a imprensa travavam uma guerra constante, o que envolvia ataques pessoais, troca de acusações, ligações escusas entre governantes e jornalistas e, claro, corrupção. O presidente Campos Sales, constantemente satirizado pela imprensa por meio de charges e apelidos, gastava quantias significativas com propinas para fazer calar ou comprar a opinião de jornalistas — o que era chamado de “gaveta”. Em seu livro, *Da propaganda à presidência*, publicado anos depois do fim de seu mandato, Sales reconhece a prática sem constrangimentos, mas afirma que a subvenção à imprensa tivera início no governo de Prudente de Moraes, desde que ele “começara a sentir os efeitos da agressão encarniçada dos seus implacáveis adversários”.⁸ Já o senador gaúcho Pinheiro Machado travou uma luta feroz com o jornal *Correio da Manhã*, a tal ponto de se envolver em um duelo e ferir com um tiro Edmundo Bittencourt, diretor do periódico carioca.

Se, por um lado, os jornais contribuía com notícias e denúncias de corrupção e fraudes eleitorais, por outro, eram responsáveis pela circulação de fofocas e informações falsas. Muitas redações não tinham repórteres e o próprio dono do jornal era o redator, não havia checagem de fontes e, muitas

vezes, o que era publicado tinha como origem inimigos políticos e pessoais, contando quase sempre com o anonimato ou pseudônimos. “Quando noticiar não passava de uma tarefa eventual, a apuração não existia”, escreveu o jornalista e historiador Juremir Machado.⁹ Foi o que ocorreu em 1921, quando o *Correio da Manhã* publicou cartas atribuídas a Artur Bernardes ofendendo o ex-presidente Nilo Peçanha e o Exército brasileiro. As cartas eram falsas, mas o fato desencadearia a Revolta dos Tenentes, em 1922, dando início a uma série de conflitos que culminariam na Revolução de 1930.

A imprensa brasileira, no entanto, não vivia apenas de política. A literatura feita no país era extremamente dependente dos jornais: foi por meio das “folhas diárias” que o Brasil conheceu escritores como Machado de Assis, Lima Barreto, João do Rio, Euclides da Cunha e Coelho Neto — “porque o livro ainda não é coisa que se compre no Brasil como uma necessidade”, escreveu Olavo Bilac. O escritor Antônio de Alcântara Machado tinha opinião semelhante: “[O brasileiro] não lê mesmo. É inútil. Não há meio de obrigá-lo a abrir um jornal, quanto mais um volume”. Não é difícil encontrar uma explicação. Havia as questões econômicas, já que os livros eram mais caros que os jornais, mas a maioria dos brasileiros não lia nenhum dos dois: em 1920, aproximadamente 65% dos habitantes maiores de 15 anos eram analfabetos — e apenas 29% da população em idade escolar estava matriculada no ensino primário. Até 1926, as tiragens dos livros eram minúsculas — e a maioria deles já havia passado por publicações de pequenos trechos ou capítulos em jornais e revistas semanais ou quinzenais. Os best-sellers de ficção eram *Urupês*, de Monteiro Lobato, publicado em 1918, com aproximadamente 8 mil exemplares, e *Alma*

cabocla, de Paulo Setúbal, com 6 mil unidades em duas edições.¹⁰

No começo dos anos 1900, o telégrafo era o meio mais rápido de transmitir informações e notícias. Desde o período final do Império, o país estava conectado, por um cabo submarino, com a Europa, ligando repartições públicas e empresas jornalísticas brasileiras com o mundo — nos jornais, as seções com noticiário do telégrafo eram as mais lidas. Em 1907, havia mais de 28 mil quilômetros de linhas telegráficas instaladas e, até a década de 1930, o número saltaria para 59 mil quilômetros, com 1.450 estações telegráficas em todo o território brasileiro, conectando os recantos mais remotos do país. Nessa época, o serviço telegráfico nacional empregava 6 mil funcionários, entre os quais quase 1.700 telegrafistas, responsáveis por 9 milhões de telegramas anualmente. Mas, em paralelo ao crescimento das linhas telegráficas, uma novidade começava a se popularizar: a difusão da voz humana por uma transmissão elétrica.

Alexander Graham Bell patenteara a invenção, que ele chamou de “telefone”, em 1876, e já no ano seguinte ela desembarcara no Brasil, ligando o Palácio da Quinta da Boa Vista, residência do imperador, aos ministérios. No começo da década de 1920, o Brasil já tinha 100 mil telefones em operação. Mas os avanços tecnológicos não paravam, e a voz humana agora podia ser ouvida por ondas de rádio. O padre porto-alegrense Landell de Moura havia realizado uma transmissão radiofônica por meio de ondas eletromagnéticas em 1893, mas a invenção acabou sendo atribuída ao italiano Guglielmo Marconi, que realizara transmissões através do Canal da Mancha somente em 1899.

De todo modo, em 1922, durante as comemorações do centenário da Independência, o discurso do presidente Epitácio

Pessoa foi transmitido para o Brasil através das ondas de rádio. No ano seguinte, com patrocínio da Academia Brasileira de Ciência, Roquette-Pinto inaugurou a primeira rádio do Brasil, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, que contava com variado conteúdo, desde aulas de inglês e francês até aulas de ginástica e programação infantil. Na década de 1930, a rádio passaria ao então Ministério da Saúde e Educação, surgindo daí a Rádio MEC — e, bem mais tarde, a TVE e a TV Escola. A Rádio Nacional, criada como empresa privada em 1936, seria estatizada e transformada em emissora oficial do governo durante o Estado Novo, sendo a pioneira na transmissão de radionovelas e radiojornalismo. Tinha início a Era do Rádio.

A fotografia já não era uma novidade no início dos anos 1900, mas a evolução das técnicas de gravação de imagens proporcionou o aparecimento de outro invento que marcaria a sociedade das décadas seguintes: o cinema. O laboratório de pesquisa de Thomas Edison já havia desenvolvido um aparelho para projetar imagens fotográficas em filmes com tal rapidez, que criava a ideia de movimento, o “cinetoscópio”. Mas foram os irmãos Lumière, em Paris, que aperfeiçoaram o mecanismo criando o que chamaram de “cinematógrafo”. Em meados dos anos 1890, filmes curtos eram projetados em “salas de exibição” em todo o mundo e entusiastas capturavam imagens de representações teatrais ou documentavam a vida cotidiana por todo lugar. Foi assim que a nova tecnologia chegou ao Brasil. Em 1898, o imigrante italiano Afonso Segreto realizou a primeira gravação de imagens do país, filmando embarcações na baía de Guanabara — alguns historiadores contestam o pioneirismo de Segreto, alegando que o médico José Roberto da Cunha Sales teria gravado e exibido imagens em movimento em 1897. De qualquer forma, em pouco tempo, o Brasil tinha centros de produção cinematográfica em São Paulo, no Rio de

Janeiro, no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e na Bahia. Na década seguinte, surgiram as primeiras adaptações da literatura nacional, como *Inocência*, *O Guarani* e *Iracema*. Na década de 1920, milhões de espectadores lotavam as matinês para assistir a sucessos norte-americanos como *Pollyana*, com Mary Pickford, os seriados *Os perigos de Paulina*, com Pearl White, e os filmes do vagabundo Carlitos, personagem de Charles Chaplin. Nomes como Colleen Moore, Greta Garbo, Rudolph Valentino e Clark Gable ditavam a moda e o comportamento de então.

Antes de ter requerido a patente do cinetoscópio, Thomas Edison trabalhara na criação de um aparelho que permitia a gravação e a reprodução de sons através de cilindros de cera, o fonógrafo. Foi com base nessa invenção de Edison que Emile Berliner criou o gramofone, outra novidade que marcaria a *belle époque*. O aparelho reproduzia músicas por meio de um disco plano em um prato giratório, mas o mais importante é que, a partir de 1892, Berliner conseguiu produzir cópias de uma gravação a partir de uma matriz, o que popularizou as gravações musicais e possibilitou às pessoas ter o som de uma orquestra dentro de casa, ou que ele fosse espalhado pelas ondas do rádio.

No Brasil, as primeiras gravações comerciais surgiram em 1902, feitas pelo imigrante judeu Fred Figner, da Casa Edison.¹¹ A primeira música gravada no país foi “Isto é bom”, um lundu de Xisto Bahia na voz de Manuel Pedro dos Santos. A Casa Edison, segundo a própria propaganda um “grande laboratório e depósito de fonogramas nacionais e estrangeiros”, com “importação direta de fonógrafos, gramofones, zonofones e outras máquinas falantes”, também apresentou ao público brasileiro uma coleção de 81 canções e lundus, cinquenta modinhas, dezesseis polcas, catorze discursos, nove valsas, seis

duetos, quatro marchas, sete dobrados, cinco tangos e cinco maxixes. E temas políticos faziam parte da primeira leva de gravações. Entre as mais conhecidas estavam “Laranjas da Sabina” (um tango de 1890 que fazia referência a uma manifestação republicana durante a monarquia) e “Saldanha da Gama” (composição do final do século XIX feita em homenagem a um dos líderes da Revolta da Armada). Em seguida, apareceram “Capanga eleitoral” e “Cabala eleitoral” (gravadas entre 1904 e 1907). Da mesma época são “Rato, rato, febre amarela” e “Vacina obrigatória”, que abordavam a política sanitária do governo. Em 1916, foi lançado “Pelo telefone”, o primeiro samba gravado da história, com a voz de Manuel Pedro dos Santos e o instrumental da banda da Casa Edison — a autoria é atribuída a Ernesto Joaquim Maria dos Santos, o Donga, mas é quase certo que ele apenas registrou uma música que já era popular nas noitadas musicais que ocorriam na casa da tia Ciata, baiana, quituteira e influente mãe de santo no bairro carioca da Saúde. No final dos anos 1920, as vitrolas versáteis da Victor Talking Machine Company popularizaram sucessos estadunidenses gravados em discos de goma-laca pela Columbia Phonograph Company, e danças como o foxtrote e o charleston concorriam com o maxixe e o tango argentino nos salões brasileiros.

No campo das artes e da intelectualidade, começou a tomar lugar o movimento modernista brasileiro, ligado a uma nova percepção de mundo, com seus anseios e também suas contestações. Artistas e intelectuais de diversas áreas ansiavam por aproximar a arte do cidadão comum e chocar os conservadores. Na pintura, trabalhadores e pessoas comuns começaram a servir de inspiração. Na música, temas folclóricos e populares ganharam espaço. Na literatura, poemas deixaram de lado a métrica e a rima rígida exigidas pela academia e, na

prosa, a linguagem popular ganhou o lugar do erudito. Foi dentro desse contexto que surgiu a ideia da Semana da Arte Moderna, evento que tinha por objetivo romper com o academicismo, valorizar a cultura popular e introduzir no Brasil experiências estéticas de vanguarda. Foi o marco simbólico do nascimento de uma geração.

Realizado no Theatro Municipal de São Paulo, em fevereiro de 1922, o evento tinha como promotores, entre outros, os escritores Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Menotti del Picchia e Graça Aranha, os artistas Di Cavalcanti e Anita Malfatti, e os músicos Guiomar Novaes e Heitor Villa-Lobos. Ninguém representou tão bem o espírito e as contradições do modernismo como Oswald de Andrade, grande articulador da Semana e maior divulgador do movimento. Mas nem ele despontou tanto quanto o maestro carioca que percorrera o Brasil de ponta a ponta, “perscrutando a alma de uma terra”, e levara a música brasileira ao reconhecimento internacional. Preocupado em entender o brasileiro e conhecer as maravilhas naturais do país, Villa-Lobos imprimiria à música erudita de origem europeia elementos da cultura indígena, o folclore e os sons populares nacionais. Foi a presença dele no grupo, assim como o patrocínio do cafeicultor Paulo Prado, também um intelectual, que abriu as portas do teatro para o movimento. Aos “futuristas”, como eram chamados então, somar-se-iam Tarsila do Amaral, Candido Portinari e Carlos Drummond de Andrade, entre muitos outros.¹²

O resultado, no entanto, não seria imediato. Escritores como Monteiro Lobato e Tristão de Ataíde foram críticos ácidos das “modernidades”. E Oswald de Andrade só escreveria o que seria o lema da geração, o “Manifesto Antropófago”, propondo uma poesia nos moldes brasileiros, totalmente nova, em que as influências externas seriam “devoradas e vomitadas”, em 1928

— mesmo ano em que Mário de Andrade publicava aquela que seria sua obra-prima, *Macunaíma*, narrando as desventuras desse “herói sem nenhum caráter”, como anuncia o subtítulo. A influência do movimento no meio cultural brasileiro só se faria notar na década seguinte. O arquiteto Lúcio Costa assumiria a direção da Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, e tanto ele como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade estariam diretamente envolvidos na criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — o atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Villa-Lobos, como diretor da Superintendência de Educação Musical e Artística, introduziria o canto orfeônico como matéria obrigatória das escolas brasileiras. E romancistas como José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz e Erico Verissimo, e até sociólogos e historiadores como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior e Gilberto Freyre, inaugurariam novas formas de analisar e interpretar o Brasil.

NOTAS

- 1** | Boris Fausto, *História do Brasil*, p. 276.
- 2** | Francisco Teixeira e Maria E. Totini, *História econômica e administrativa do Brasil*, p. 127.
- 3** | Carolina Nabuco, *Oito décadas*, p. 75.
- 4** | Paulo César Garcez Marins, “Habitação e vizinhança”, em *História da vida privada no Brasil – República*, p. 150.
- 5** | Moacyr Scliar, *O texto, ou: a vida*, p. 35.
- 6** | Rodrigo Trespach, *Histórias não (ou mal) contadas – Primeira Guerra Mundial*, pp. 22-5.
- 7** | Lilia Schwarcz e Heloisa Starling, *Brasil: uma biografia*, p. 343.
- 8** | Campos Sales, *Da propaganda à presidência*, p. 33.
- 9** | Juremir Machado da Silva, *Correio do Povo*, p. 11.
- 10** | Nelson Sodr e, *História da imprensa no Brasil*, p. 345.
- 11** | Franklin Martins, *Quem foi que inventou o Brasil?*, p. 28.
- 12** | Maria de Lourdes Janotti, *Sociedade e política na Primeira República*, pp. 85 e seguintes.



Copyrighted image.

2. A REPÚBLICA VELHA (1889–1930)

Apesar das grandes transformações urbanas, do progresso tecnológico e dos avanços da medicina, o Brasil passava por dias agitados e turbulentos. Quando a monarquia caiu, havia uma expectativa de que a população teria grande participação na transformação do país, conforme alardeava a propaganda republicana. Isso, porém, não passou de propaganda republicana. O poder, que segundo os princípios democráticos deveria se basear na vontade do povo, passou das mãos do imperador para as do quartel e, logo em seguida, para as da oligarquia latifundiária.

A CONSTITUIÇÃO REPUBLICANA (1891) E A REPÚBLICA DA ESPADA (1889–94)

Derrubada a monarquia, o governo provisório tratou de organizar uma Assembleia Constituinte. Uma comissão de cinco juristas elaborou três anteprojetos independentes e, deles, surgiu a síntese do projeto que foi apresentado ao governo, revisado e editado por Rui Barbosa, um dos mais destacados intelectuais brasileiros. Sob a presidência do advogado paulista Prudente de Moraes, a Constituinte era composta de 205 deputados, dos quais quarenta eram militares. Depois de três meses de trabalho, em 24 de fevereiro de 1891, o Brasil promulgou sua primeira Constituição republicana.

A nova Carta seguiu o modelo estadunidense. O país passou a se chamar República dos Estados Unidos do Brasil, constituída por estados autônomos e um distrito federal — o Rio de Janeiro. Federalista e presidencialista, a Constituição estabeleceu a divisão dos três Poderes (Legislativo, Judiciário e Executivo), “harmônicos e independentes entre si”. O Executivo passava a ser exercido por um presidente da República, eleito para um período de quatro anos. O vice-presidente seria eleito de forma independente. Os estados ganharam autonomia para elaborar uma Constituição própria (e alguns estados, como Pernambuco, tinham, além de Assembleia Legislativa, também Senado), contrair empréstimos no exterior, criar impostos de exportação (fator importante para a elite cafeeira, que havia ajudado a derrubar dom Pedro II) e instituir forças militares próprias (o que viria a ser tornar um problema para o governo federal, como se verá depois). À União, era reservado o direito de criar bancos, reter impostos das importações, manter as Forças Armadas nacionais e intervir nos estados, se necessário.

Ainda segundo a nova Constituição, a Igreja foi dissociada do Estado. O que antes era atribuição dos sacerdotes católicos passou a ser dos cartórios civis. A pena de morte foi extinta e, aos brasileiros e estrangeiros residentes no país, foram assegurados os direitos individuais básicos. As eleições seriam realizadas por sufrágio universal e não obrigatório. O critério econômico dos tempos do Império foi abolido, mas outros obstáculos à participação popular foram criados: não podiam votar os menores de 21 anos, os mendigos, o clero regular sujeito a voto de obediência ou regra restritiva de liberdade, os soldados (exceto quando alunos de escola militar de ensino superior) e os analfabetos, ou seja, mais de 85% da população

da época. As mulheres continuaram de fora do processo eleitoral.

Sem experiência democrática nem base social de sustentação, nove meses depois de promulgada a Constituição, o marechal Deodoro deu um golpe, dissolveu o Congresso Nacional e instaurou o estado de sítio, pelo qual ficaram suspensos os direitos individuais e políticos. Pressionado por todos os lados, ele renunciou ao cargo, assumindo em seu lugar o vice-presidente, e também militar, Floriano Peixoto. Descrito pelo escritor Lima Barreto como um tirano insensível de pouca cultura, o marechal repreendeu duramente um levante da Marinha que exigia eleições presidenciais e o cumprimento da Constituição, a chamada Revolta da Armada, ao mesmo tempo que prestava apoio a Júlio de Castilhos, que travava uma guerra sangrenta contra os federalistas no sul do Brasil. No fim de 1894, depois de tomar Desterro, a capital catarinense, onde lutavam juntos marinheiros insurretos e maragatos, inimigos dos republicanos gaúchos, o marechal mandou executar 185 rebeldes. Em homenagem ao presidente, o governador de Santa Catarina renomeou a cidade, que passaria a se chamar Florianópolis, a “cidade de Floriano”. Quando Peixoto deixou a presidência, em novembro daquele ano, tinha fim a “República da Espada”. Em menos de três anos, o “marechal de ferro” governara 295 dias com o país em estado de sítio, ou seja, durante quase um ano inteiro.

O POSITIVISMO

Os militares e civis que haviam articulado e derrubado a monarquia em 1889 estavam, em grande parte, sob a influência da filosofia positivista, elaborada pelo pensador francês Auguste Comte. Chamada de “filosofia da história”, ela

se baseava na “lei dos três estados”,¹ segundo a qual o espírito humano passaria por três fases distintas de evolução: teológica, metafísica e positiva. Na fase teológica, a mais primitiva, o homem tenta explicar a natureza por meio da crença em espíritos e seres sobrenaturais. Sociedades em fase teológica alcançariam maior coesão social aceitando a origem divina da autoridade, o que, no plano político, fez surgir a monarquia. O estado metafísico, intermediário, passaria pela argumentação abstrata. O sobrenatural é substituído por ideias e forças naturais. No campo político, o Estado não aceitaria mais a origem divina do poder como na monarquia, e o governo se instauraria pela soberania popular, motivo de constantes revoluções do século XIX. O último estágio evolutivo, segundo Comte, seria o positivo, em que imaginação e argumentação seriam subordinadas à observação. Há, a partir daí, uma busca pela compreensão das leis — o que se denomina hoje método científico. Para o filósofo francês, a ciência orientaria a vida social e pessoal, pois o conhecimento das leis naturais e sociais tornaria possível prever o futuro. Vindo esse sistema de uma evolução, ocorreria uma reforma intelectual no homem, e o poder estaria não mais nas mãos dos juristas, mas nas dos cientistas, que teriam uma “concepção universal da humanidade”. A tarefa de reformar a sociedade caberia então a uma elite culta. E, como a enorme massa da população permaneceria ignorante, ela seria conduzida e controlada pelos positivistas, que, instaurando e vivendo em uma “ditadura republicana” — ou científica —, seriam capazes de estabelecer e executar um projeto de futuro de paz e prosperidade.

Como o resultado final de muitas ideias políticas, a filosofia de Comte acabou transformando-se em uma religião, que ele denominou “Religião da Humanidade”: o Deus cristão foi substituído pela humanidade, e a devoção aos santos, pelo

culto aos grandes nomes da história. Os templos positivistas, dessa forma, eram decorados com símbolos e instrumentos científicos e seus membros se reuniam como se em uma igreja. Hoje, o único templo da Igreja Positivista restante no mundo se encontra em Porto Alegre (RS).

No Brasil, referências à filosofia positivista de Comte começaram a aparecer nos principais estabelecimentos educacionais do Império, principalmente na Escola Politécnica e na Escola Militar, chamada de Tabernáculo da Ciência depois da Guerra do Paraguai (1864–70). Entre os principais entusiastas da nova filosofia estava Benjamin Constant, que teria papel fundamental no golpe de Quinze de Novembro — ele seria considerado o “fundador da República brasileira”. Constant atuou como professor na Escola Militar da Praia Vermelha, onde surgiu a chamada “mocidade militar”, que seria fortemente influenciada pelas ideias positivistas e o “elemento iniciador e dinâmico da conspiração republicana no interior do Exército”, na definição de Celso Castro, historiador e autor de um estudo sobre a influência dos militares na formação da República.

Com o fim da República da Espada, aos poucos, a influência militar e positivista na política brasileira foi sendo substituída por uma espécie de Iluminismo moderno — menos no Rio Grande do Sul. Ali, como em nenhum outro lugar do país, o positivismo encontrou solo fértil, transformando-se no credo que guiou inúmeros líderes gaúchos. Foi dentro desse contexto que nasceu a chamada “geração de 1907”, dentro da qual estavam nomes como Getúlio Vargas, João Neves da Fontoura, Lindolfo Collor, Flores da Cunha e Oswaldo Aranha.

A DITADURA POSITIVISTA GAÚCHA

Elaborada por Júlio de Castilhos e aprovada por unanimidade em uma Assembleia formada apenas por deputados do Partido Republicano Rio-Grandense, a primeira Constituição, de 1891, tinha como modelo as ideias de Comte. A Carta concentrava poderes no Executivo, cujo chefe poderia ser reeleito indefinidamente, e deixava o Legislativo em segundo plano — a Assembleia de Representantes tinha pouca ou nenhuma atribuição, salvo referendar o orçamento estadual. Pela revogação da chamada “Constituição Castilhista” se levantaram os antigos liberais monarquistas, então reunidos no Partido Federalista, liderados por Gaspar Silveira Martins.

Júlio Prates de Castilhos nasceu no interior gaúcho e cursou direito em São Paulo, onde se bacharelou no começo da década de 1880. Tinha “espírito de águia, pulso de atleta, convicção de mártir”, afirmaria Getúlio Vargas. Radical e impetuoso, Júlio de Castilhos compensava a falta de oratória e a gagueira com ação dominadora, enérgica e autoritária — viera ao mundo para “cativar almas, dominá-las, dirigi-las”, definiu o escritor Aquiles Porto Alegre. O temperamento difícil lhe tiraria a companhia até mesmo dos amigos mais próximos, como Assis Brasil, seu cunhado. Poucos políticos gaúchos concentraram sobre si forças tão adversas, paixão e ódio, respeito e aversão.²

Nascido no Uruguai, Gaspar Silveira Martins, o inimigo político do líder positivista, também era formado em direito em São Paulo e começou a carreira política no Partido Liberal. O “Tribuno”, como era conhecido, desde cedo se mostrou um brilhante orador e articulista. Certa vez, em artigo para o jornal *A Reforma*, um “órgão democrático”, expoente do partido, ele escreveu:

Não somos monarquistas, nem republicanos, somos liberais; isto é: queremos a garantia dos direitos dos cidadãos em todas as

suas manifestações, na pessoa, na religião, na propriedade, na indústria, no comércio, nas letras, nas artes, na associação; o governo para nós é uma fórmula, é o meio de conseguirmos estes grandes fins, que nobilitam o indivíduo, engrandecem a pátria, e honram a humanidade.

Diferente de seu opositor, Silveira Martins tinha “voz de trovão” e o gesto largo. Não sabia falar baixo, e mesmo quando palestrava, era em tom de discurso. O diplomata Joaquim Nabuco descreveu suas “formas colossais”: “Não havia nele nada de gracioso, de modesto, de humilde, de pequeno; tudo era vasto, largo, soberbo, dominador”.

Os republicanos gaúchos eram identificados pelo uso do lenço branco e chamados de “pica-paus”, alusão ao uniforme do Exército brasileiro que apoiava o governo castilhista e que constava de roupa azul e quepe vermelho — o termo “chimango” seria usado mais tarde, já no governo de Borges de Medeiros. Os partidários de Silveira Martins usavam lenços vermelhos e eram denominados “maragatos” — palavra que teria origem no local de onde muitos federalistas haviam saído, uma província uruguaia povoada de espanhóis vindos de Maragateria.

Do lado pica-pau, despontaram nomes como o coronel Manoel Nascimento Vargas, pai de Getúlio Vargas, o senador José Gomes Pinheiro Machado e os advogados Antônio Augusto Borges de Medeiros, que substituiria Júlio de Castilhos na liderança do partido e no governo gaúcho, e Joaquim Francisco de Assis Brasil, que depois faria oposição a Borges de Medeiros e mais tarde, em outra reviravolta, apoiaria Vargas na Revolução de 1930. Maragatos eram Joca Tavares, Rafael Cabeda, Juca Tigre e os irmãos Gumerindo e Aparício Saraiva, entre outros.

Paradoxos da política brasileira, os maragatos defendiam a centralização e o fortalecimento do governo federal, enquanto os republicanos de Júlio de Castilhos desejavam o federalismo, que daria mais autonomia política aos estados. As disputas e divergências políticas resultaram em uma sangrenta guerra civil. Travada entre 1893 e 1895, a Revolução Federalista foi uma carnificina sem igual na América do Sul. O número de mortos é estimado em 10 mil pessoas, uma boa parte pelo método da “degola”. Também chamada de “gravata colorada”, a degola constituía em fazer ajoelhar o inimigo preso, que, de mãos atadas nas costas, tinha a cabeça puxada para trás de modo que a garganta ficasse exposta. Um movimento rápido cortava a garganta de orelha a orelha, “à moda crioula”. O jorrar do sangue pelo pescoço dava a aparência de uma gravata vermelha, “colorada”.³

Os federalistas conseguiram levar os combates até o Paraná, mas acabaram derrotados antes de conseguir chegar à capital federal. A vitória dos republicanos gaúchos abriu caminho para um despótico Júlio de Castilhos assumir o governo do Rio Grande do Sul e abandonar o comportamento democrático — se é que algum dia o apresentara. Nas três décadas seguintes, todas as decisões da política gaúcha, das grandes às mais insignificantes, caberiam a ele e a Borges de Medeiros, seu protegido e sucessor. O Partido Republicano Rio-Grandense implantara uma ditadura.

A REPÚBLICA DOS FAZENDEIROS

Lideranças regionais existiam desde o período colonial, mas durante o Império, o governo central controlava as províncias, impedindo a consolidação dos clãs dominantes graças à rotatividade no governo estadual, cargo que raramente era

ocupado por um natural da província justamente para que não se formassem vínculos entre a oligarquia local e os governadores indicados. A partir da República, com a descentralização garantida pela nova Constituição, as oligarquias regionais se fortaleceram — a tal ponto que as tentativas de criação de partidos com abrangência nacional fracassaram.

Depois de cinco anos, dois líderes militares e instabilidade política e econômica, em 1894, a República elegeu o primeiro presidente civil da história brasileira, o paulista Prudente José de Moraes Barros. Era também a primeira vez que o Brasil elegia pelo voto direto seu mandatário. A eleição de Prudente de Moraes, republicano de longa data, representou o retorno ao poder da elite latifundiária, ávida por se livrar dos militares, e o fim da influência do Exército na política nacional. Alto, esguio e com uma vasta barba grisalha, tinha o aspecto taciturno, era dado a formalismos, mas com elevado senso democrático. Adotou desde cedo a postura de governar para a maioria — ao menos a maioria que interessava, a de votantes. Austero com os gastos públicos e com os próprios poderes, suspendeu o estado de sítio, a censura e as intervenções nos estados. Desmilitarizou o governo, afastando militares dos cargos civis e diminuindo os gastos com as Forças Armadas. Em quatro anos, transformou profundamente a opinião pública a seu respeito. Só era odiado pelos florianistas, defensores da ditadura republicana. Segundo seu secretário, Prudente de Moraes chegara à presidência sob os “auspícios da má vontade, insegurança e tumulto” e sem pompa alguma — o marechal Floriano nem sequer compareceu à cerimônia de posse, e o palácio do governo estava abandonado. Ao deixar o cargo, no entanto, foi saudado por multidões em todas as estações do Rio de Janeiro a São Paulo, onde foi recebido por milhares de

peças. Júlio Mesquita, diretor de *O Estado de S. Paulo*, resumiu seu governo: “[Prudente de Moraes] transformou uma república de ódios numa república de progresso e justiça”.

Seu sucessor, no entanto, pensava diferente e dava outro significado ao cargo. O paulista Manuel Ferraz de Campos Sales não acreditava na delegação de poderes do povo para o presidente. Segundo sua visão, o povo-eleitor renunciava à política, entregando o comando do país a uma pessoa de “suprema autoridade”, que era mais capaz e tinha a “responsabilidade unipessoal” de guiar a nação.⁴ Nascido em uma tradicional família de cafeicultores de Campinas, então vila de São Carlos, e formado em direito, Campos Sales era republicano de longa data, tendo sido um dos fundadores do Partido Republicano Paulista. Ainda jovem, era tido como homem “de boas maneiras”, bonito, elegante e vaidoso, dono de um vasto bigode e de um cavanhaque bem aparado que “amolecia os corações casadoiros” das moças de família. Era um político habilidoso, propagandista ardoroso e bom orador. Junto com Prudente de Moraes, foi um dos primeiros deputados republicanos eleitos durante o Império. Ainda nos tempos da monarquia, nunca fora entusiasta da abolição da escravatura. Pensando nos interesses da elite cafeeira, era defensor de uma solução gradual do “elemento servil”. Já na República, foi ministro da Justiça, senador por São Paulo e governador do estado, até se eleger, em 1898, quarto presidente do país. Na primeira viagem diplomática de um presidente brasileiro ao exterior, restringiu a presença de negros na comitiva que embarcava para a Argentina.

Prudente de Moraes conseguira controlar os ímpetos militares, mas não a economia, que estava à beira do caos, com uma inflação altíssima e uma dívida pública crescente. Além disso, o principal produto brasileiro de exportação, o café,

apesar da superprodução interna, não encontrava mercado consumidor no campo internacional. Para Campos Sales, o problema central da economia brasileira residia na falta de crédito no exterior. E, antes mesmo de assumir a presidência, ele propôs a Prudente de Moraes uma mudança radical de gestão, a possibilidade de negociar um vultoso empréstimo de consolidação na Europa, “custe o que custar”. Tendo recebido a permissão, Campos Sales partiu para a Inglaterra para negociar com a casa Rothschild, principal credor brasileiro no exterior, constantemente chamado para salvar os combalidos cofres públicos brasileiros desde a Independência. Já como presidente em exercício, o acordo foi assinado e o *funding loan* acabou salvando o país da bancarrota. O Brasil recebeu um empréstimo de 10 milhões de libras esterlinas, além da suspensão temporária do pagamento dos juros e do montante de empréstimos anteriores da dívida externa. Em troca, Campos Sales deu como garantia as rendas da alfândega do Rio de Janeiro, principal receita do governo. O Brasil estava proibido de contrair novos empréstimos e se comprometia a cumprir um rigoroso programa de combate à inflação, o que incluía a incineração de parte do papel-moeda em circulação, a elevação de taxas cambiais sobre mercadorias e o aumento de impostos.⁵ A imprensa não perdeu a oportunidade e rotulou o presidente de “Campos Selos” — isso porque, para controlar o recolhimento de tributos, as mercadorias recebiam selos. Ainda como parte do plano econômico, o ministro da Fazenda Joaquim Murinho reduziu os gastos com obras públicas e conteve os investimentos no setor industrial, além de refrear o aumento dos salários. O resultado foi uma enxurrada de críticas por parte dos jornais, de muitos setores da economia e de políticos, a quebra de bancos e empresas, a redução da

atividade econômica industrial e o desemprego — o chamado “pânico de 1900”.

Nesse meio-tempo, Campos Sales se dedicava a outra tarefa que marcaria seu governo e o destino da política brasileira durante a República Velha: a institucionalização do sistema oligárquico. Para tal, era preciso pôr fim às hostilidades entre os poderes Executivo e Legislativo e alcançar um consenso entre os governos da União e dos estados, aos quais a Constituição dera autonomia, o que proporcionara disputas internas que prejudicavam a relação destes com o poder central.

A chave da “doutrina” criada por Campos Sales, da qual ele tanto se vangloriaria depois, repousava na Câmara dos Deputados. Como não havia o que se conhece hoje por Justiça Eleitoral, cabia aos membros da Comissão de Verificação de Poderes examinar, reconhecer e diplomar os cidadãos eleitos pelas urnas. O processo era considerado indispensável para manter a autonomia do Legislativo e o equilíbrio entre os poderes. Tradicionalmente, o presidente da Comissão era o parlamentar mais velho eleito. O problema, para Campos Sales, era que dessa forma, o governo poderia ficar à mercê da oposição. Em 1899, ele costurou um acordo entre deputados e governadores para a alteração da regra: o presidente da Comissão seria o presidente ou vice-presidente da Legislatura que se encerrava, desde que tivesse sido reeleito. Dessa forma, era quase impossível um deputado de oposição alcançar o cargo, que acabaria invariavelmente caindo no colo de um aliado do presidente da República. Como a escolha dos demais membros da Comissão era atribuída ao seu presidente, o governo criara um mecanismo de eliminação da oposição. Era a chamada “degola”. Na primeira eleição após a mudança da lei, dos 205 deputados eleitos, doze foram “degolados”. Em

1902, foram 74 os impugnados e, em 1914, nada menos do que 91 “opositores” não tiveram o mandato diplomado. A manobra de Campos Sales garantiu, assim, que o governo sempre tivesse ampla maioria no Congresso.

O presidente concebeu, então, o que ficaria conhecido por “política dos governadores”, embora ele mesmo preferisse chamá-la de “política de Estados”. O presidente do país, que controlava o Congresso, dava apoio a seus aliados nos estados. Por sua vez, os governadores comprometiam-se a apoiar o candidato à presidência indicado pelo presidente em exercício e escolher e eleger parlamentares que estivessem alinhados ao grupo dominante. O cientista político Jorge Caldeira definiu assim a política dos governadores: “Foi moldada segundo os princípios aristocráticos dos conservadores, que não julgavam os eleitores capazes de tomar parte ativa na definição dos destinos do país”.⁶ Em linhas gerais, Campos Sales criara uma cadeia de compromissos e interesses que perpetuou a elite econômica no poder por três décadas, até a Revolução de 1930 — com exceção de um breve período, entre 1910 e 1914. O Brasil se transformara em uma “República de Fazendeiros”.

CORONÉIS

Constituindo maioria nas assembleias legislativas e no Congresso, a oligarquia elegia o governador do estado e tinha o poder de indicar presidentes de bancos e empresas estaduais, assim como ocupar cargos públicos importantes, tanto no interior como nas capitais. Em São Paulo, entre 1890 e 1926, quando uma dissidência fundou o Partido Democrático, apenas o Partido Republicano Paulista elegeu parlamentares. Em alguns estados, famílias de “coronéis” poderosos mantiveram as rédeas da política por décadas, caso dos Lemos e dos

Chermont no Pará, dos Nery no Amazonas, dos Rosa e Silva em Pernambuco, e, talvez o mais notório, dos Acióli no Ceará. Antônio Pinto Nogueira Acióli governou os cearenses por dezesseis anos, tendo apoio do padre Cícero Romão Batista, o “padim Ciço” — apoiado pelo religioso, o gaúcho Flores da Cunha elegeu-se deputado federal pelo Ceará sem nunca ter pisado no estado.

Em sua gênese, “coronel” designava a patente mais alta da Guarda Nacional, criada em 1832 como uma espécie de tropa de reserva das Forças Armadas. Com o fortalecimento do Exército após a Guerra do Paraguai (1864–70), a Guarda perdeu o sentido e a importância, mas o “título” permaneceu como forma de expressar o poder dos latifundiários no interior do país. Em alguns estados, principalmente no Nordeste, os coronéis se digladiavam em disputas eleitorais ou pelo controle de determinada região, na maioria das vezes organizando milícias particulares formadas por peões, jagunços e cangaceiros, não raro com poder maior do que o governante estadual. Na Bahia, na região do São Francisco, surgiram as “nações de coronéis”, como a de Horácio de Matos, que detinha sob seu controle doze municípios e uma força militar que o punha em pé de igualdade com o governador. No mais lamentável estado de pobreza, ignorância e abandono, sem assistência médica, a população rural tinha no coronel o único benfeitor, de quem conseguia favores essenciais para a sobrevivência. Era natural, então, que lutasse com o coronel e pelo coronel. Na década de 1940, com a publicação do livro *Coronelismo, enxada e voto*, o historiador Victor Nunes Leal popularizou o termo “coronelismo” para designar a prática de dominação da oligarquia sobre a população rural.

ELEIÇÕES NA REPÚBLICA VELHA